

---

## UM PANORAMA DAS POLÍTICAS CULTURAIS E DA ECONOMIA CRIATIVA NA EUROPA E AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL E DO REINO UNIDO<sup>1</sup>

Karina Poli Lima da Cunha<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo

### RESUMO

Analisar as políticas culturais no Brasil e no Reino Unido, para verificar o impacto das políticas culturais e a interação entre cultura e tecnologia. Compreender os processos de recepção das políticas públicas locais para o desenvolvimento realçando novas formas de sociabilidade engendradas em projetos de inovação e cultura desenvolvidos pelos agentes da economia criativa. Estudar os contextos das políticas culturais na Europa e América Latina e levantar como o valor social da cultura e da inovação está incorporada na ideia de desenvolvimento local, cidadania, sustentabilidade, consumo consciente, questões de gênero e desigualdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento local; empreendedorismo; políticas culturais; comunicação; inovação; economia criativa.

### Apresentação

O presente trabalho pretende apresentar uma parte de minha pesquisa de Pós-Doutorado. Minha pesquisa tem como objetivo realizar uma comparação entre as políticas culturais do Reino Unido e do Brasil a fim de compreender como a relação entre criatividade, cultura e inovação configuraram novos argumentos sobre o desenvolvimento local na contemporaneidade.

Para desenvolver essa comunicação apresento as políticas culturais inglesas, concepção que traz a importância da criatividade, da cultura e da inovação para a nova economia, apontando alguns elementos contextuais que favoreceram a difusão dessa nova

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP COMUNICAÇÃO, ESPAÇO E CIDADANIA - América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, desenvolve pesquisa de pós-doutorado na mesma universidade com Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior na Queen Mary University of London com apoio da FAPESP

---

proposição de políticas culturais. Posteriormente contextualizo as políticas culturais brasileiras, apresentando seu histórico e a influência do paradigma inglês na elaboração das atuais políticas culturais. Após a apresentação dos contextos proponho um quadro comparativo entre as políticas culturais para compreender o entendimento da criatividade, da inovação e da cultura na concepção das políticas culturais, bem como as formas de financiamento e o valor da cultura expressados nos documentos de políticas culturais.

### **A Inglaterra e a economia criativa**

Desde a década de 1980, o modelo europeu de serviço público começou a ser desmontado pela liberalização empreendida em todo o continente. No mesmo contexto, as mudanças tecnológicas constantes passaram a exigir a adequação das televisões públicas ao cenário digital. Na década de 1980, com a onda de privatização encampada pelo governo conservador de Margareth Thatcher o setor das comunicações cedeu às pressões das grandes empresas interessas na ampliação da concorrência, cujas pretensões financeiras foram freadas pela defesa do serviço público de radiodifusão pela sociedade civil organizada. As políticas culturais inglesas entre 1980 e 1990 estavam divididas em duas prioridades, estabelecer as relações do *Arts Council*, principalmente visando uma maior preservação das belas artes e do patrimônio, e por outro lado, uma maior atenção a desregulamentação do setor da comunicação (HESMONDHALGH, 2005).

Na década de 1990 novas alianças com interesses capitalistas mais amplos levaram a significativas mudanças na política do Partido Trabalhista, especialmente depois de Tony Blair ter sido eleito líder do Partido em 1994. Entre 1980 e 1990 havia uma visão ambiciosa de uma "indústria do futuro", em um período em que o governo conservador do Reino Unido estava perseguindo uma política de motivação de desindustrialização. Uma nova visão utópica de uma nova indústria com base na cultura e tecnologia tinha fortes elementos de apelo popular. Existia o reconhecimento da importância econômica das indústrias culturais e lutava-se pelo reconhecimento da importância da cultura para esta nova economia (HESMONDHALGH, 2005).

Outros países e regiões tiveram contextos diferentes, mas todos estavam lidando com a desindustrialização das grandes cidades, o aguçamento da concorrência global, incluindo as indústrias culturais, em todos os casos. Algumas cidades inglesas e seus governos estavam preparados para planejar os espaços públicos e ajudar a promover uma nova onda de desenvolvimento urbano em áreas centrais anteriormente estagnadas. E foi nesse

---

contexto que agenda da indústria cultural ganhou sua real força na Inglaterra. Na década de 1980 as culturas urbanas marginais de produção e consumo cultural, não só se organizaram em mercados independentes, como passou a ser reconhecidas por governos municipais e por promotores imobiliários como fontes de valor (CONNOR, 2011).

Com a ideia de que a produção criativa poderia mobilizar a cultura e o conhecimento de forma mais autônoma e desenvolver a capacidade intelectual, instrumentos políticos e recursos financeiros foram empenhados na Inglaterra para se envolver na construção de um novo tipo de economia. Esse discurso está em grande parte nas coalizões políticas que foram construídas pelo Partido Trabalhista Inglês e publicado em 1996, no manifesto *New Labour*, com o slogan vida nova para a Grã-Bretanha. Ele foi apresentado como a marca do partido e foi amplamente utilizado enquanto o partido ficou no governo entre 1997 e 2010.

Diferentemente do conceito de indústria cultural que nasce no ambiente acadêmico, o conceito indústria criativa surge no ambiente político. E é da Austrália que vem o primeiro olhar mais atento da academia sobre o tema da economia criativa e das indústrias criativas. A Austrália pode ser considerada como uma espécie de “*founding father*” da temática das indústrias criativas, pois foi o Governo Australiano que, em 1994, desenvolveu o conceito de “*Creative Nation*” como base de uma política cultural voltada para a requalificação do papel do estado no desenvolvimento cultural do país, conceito que acabou rapidamente alcançando o Reino Unido e levou o *New Labour*, o assim chamado novo Partido Trabalhista inglês, no seu manifesto pré-eleitoral de 1997, a identificar as indústrias criativas como um setor particular da economia e a reconhecer a necessidade de políticas públicas específicas que potencializassem o seu expressivo ritmo de crescimento. (MIGUEZ, 2007)

O governo do Reino Unido sob a bandeira do “*New Labour*” cunhou o termo indústrias criativas em 1997, tomando emprestado a *Creative Nation* australiana. Em 1997 o Governo criou um novo ministério sênior: o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS), as áreas de atuação deste ministério são: Artes e Cultura, Esporte e Lazer, Mídia e Comunicação. O Objetivo do governo foi criar empregos e apoiar as empresas a crescer. (CONNOR, 2011)

Também na década de 1990 surge o modelo Inglês das políticas culturais para as Indústrias Criativas. Em 1998 o DCMS publicou o seu primeiro relatório, o *Creative*

---

*Industries Mapping Document*<sup>3</sup>. Neste documento o governo apresenta a nova definição de indústria criativa que reestabeleceu um novo escopo das políticas culturais inserindo setores como a moda, o desenvolvimento de games, a arquitetura, publicidade, designer, desenvolvimento de tecnologia da informação, artesanato, artes visuais, dança, performance musical e teatral, patrimônio, museu, cinema, indústria fonográfica, rádio, TV. Apresentou também um conjunto de informações em relação ao PIB e a geração de empregos, o que revelou a importância econômica das indústrias criativas. O novo escopo das políticas culturais fundamentou o projeto *Creative Britain*, conhecido como um grande projeto que envolveu medidas de transformação urbana, incentivou a formação de empreendedores, investiu em arte contemporânea e em museus com o objetivo de ampliar e fortalecer as novas indústrias criativas e reposicionar a imagem do Reino Unido como centro de criatividade e inovação.

Após quase vinte anos da primeira experiência dessa política cultural, hoje a Economia Criativa está legitimada como uma política pública fundamental para o desenvolvimento do Reino Unido. Passada a fase do partido trabalhista, a arte, cultura e a criatividade fortaleceram as relações com o terceiro setor, educação, saúde, urbanismo, turismo e pesquisa. Atualmente a economia criativa no UK, é responsável por 16% do produto interno bruto, representados por 76.9 bilhões de libras. (DCMS, 2016; Creative Industries Federation,)<sup>4</sup> Criou-se uma política de integração de fundos sob o discurso da criatividade e da cultura para fomentar o desenvolvimento, que exigiu inicialmente do governo trabalhista um alinhamento dos critérios de algumas agências financiadoras para adequação aos princípios e objetivos do DCMS. As agências seriam: NESTA – agência que fomenta a integração entre inovação, ciência, arte e tecnologia através de projetos de empreendedores e hoje em dia já é uma instituição independente; Arts Council, agência de fomento à cultura; the Regional Development Agencies – agência de fomento ao desenvolvimento regional; UK Intellectual Property Office – agência reguladora da propriedade intelectual; Arts and Humanities, Research Council, AHRC – agência de fomento à pesquisa de Artes e Humanidades ( HEWISON, 2014). Até hoje essas são as principais instituições de financiamento à criatividade e à cultura no UK. A importância

---

<sup>3</sup> <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>

<sup>4</sup> <https://www.gov.uk/government/publications/dcms-single-departmental-plan-2015-to-2020/single-departmental-plan-2015-to-2020> e Corporate Financial Faculty. Creative industries – Routes to Finance. A guide to sources of funding and investment for arts, cultural and creative organisations. Londres: ICAEW 2015

---

da integração das políticas de distribuição de fundos é fundamental para o fomento de um ambiente empreendedor e criativo. As políticas culturais valorizam projetos que promovam o diálogo com o desenvolvimento urbano, pesquisas acadêmicas, a inovação, criação de patentes e propriedade intelectual. De outra maneira as linguagens artísticas clássicas dialogam com a educação, a assistência social, a sustentabilidade, a saúde. Quando observamos os documentos oficiais do DCMS<sup>5</sup> identificamos a meta principal do departamento: a geração de emprego. Isso se torna ainda mais evidente quando olhamos para a academia, representada pelo documento lançado em 2014, *Research Excellence Framework – REF*<sup>6</sup> que estabelece os novos critérios de classificação e excelência acadêmica no país. Nele acrescenta-se aos índices, para além das publicações e obtenção de financiamento à pesquisa, o engajamento com a comunidade local, tendo em vista os parâmetros estabelecidos pelas políticas públicas atuais e a necessidade de estreitar as relações entre academia e as pequenas e micro empresas culturais e criativas.

### **As políticas culturais no Brasil**

O governo Sarney foi o precursor das políticas culturais pela perspectiva da abertura do Ministério da Cultura e pela criação das atuais leis de incentivos fiscais. Neste sentido, foi o primeiro governo a estabelecer relações entre o Estado e a iniciativa privada usando o mecanismo de renúncia fiscal para investimento em cultura. Um dos mais importantes intelectuais brasileiros a pensar uma política cultural para o Brasil foi Celso Furtado, ministro da Cultura do Governo José Sarney entre 1986 e 1989. Ele foi um dos articuladores da Constituinte e da criação do Ministério da Cultura e lutou pela inclusão dos artigos 215 e 216 na Carta Magna, que acabou por postular uma política cultural oficial. Entre os aspectos que transformaram o modo de pensar a política cultural no período está o entendimento da cultura como um sistema de valores que se relaciona com o processo produtivo. (BOLAÑO, 2001)

A década de 1990 inicia-se com o governo Collor que, além de encerrar as atividades do Ministério da Cultura e da Funarte, da Embrafilme e outras vinculadas, suspendeu o sistema de incentivos fiscais à cultura. Entre 1985 e 1994, desde a criação do Ministério da Cultura no governo José Sarney até o fim do governo Itamar Franco, nove ministros

---

<sup>5</sup>Department for Cultural, Midea & Sports - Creative Industries: Focus on Employment June 2016 - último acesso agosto de 2016 .<https://www.gov.uk/government/statistics/creative-industries-2016-focus-on>

<sup>6</sup><http://www.ref.ac.uk/>

---

se sucederam na pasta, incluindo o período em que o Ministério foi rebaixado à condição de Secretaria. É tributado ainda à gestão Collor, a promulgação, em 1991, da nova lei federal a Lei Rouanet- A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), que institui o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura, a Lei Rouanet, assim denominada por ter sido elaborada pelo então Ministro da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet. (ARRUDA, 2003).

Deflagrou-se assim, um processo de desconstrução das instituições oficiais de todos os órgãos culturais vinculados ao governo federal. Na gestão de Itamar Franco, em 1992, recria o Ministério da Cultura sob a direção de Antônio Houaiss. No entanto a retomada das ações do ministério se dá no governo Fernando Henrique Cardoso, com a atuação de um único Ministro da Cultura: Francisco Weffort. A atuação prioritária do Ministério da Cultura, naquele momento, esteve voltada na ampliação do funcionamento das leis de incentivo no país. Não por acaso a cartilha “Cultura é um Bom Negócio” se tornou um documento emblemático da atuação deste governo no campo da cultura.

A efetiva ampliação do funcionamento das leis de incentivo foi conseguida, em especial, através da orientação do governo para as empresas estatais investirem no campo cultural. O decreto 1494 de 17 de maio de 1995, regulamentou a Lei 8313 e a medida provisória 1589 de 24 de setembro de 1997 que criou os instrumentos normativos para impulsionar a participação da iniciativa privada e da classe produtora nos processos de financiamento da cultura. Weffort, fez adaptações a lei Rouanet criando os artigos 18º e 26º e instituiu os 100% de abatimento no valor investido em determinadas áreas culturais. O Financiamento privado com dinheiro público torna-se a principal ferramenta de fomento à cultura até os dias de hoje (RUBIN, 2010)

Em meio ao processo de reestruturação do Ministério e de amadurecimento das leis de incentivo, configurou-se duas vertentes de políticas culturais, a política de evento, muitas vezes impulsionada pela dinâmica das leis de incentivo, e os programas de governo. Os programas de governo que mais se destacaram durante a gestão do Ministro Weffort e do presidente Fernando Henrique Cardoso foram: O programa Monumenta, com apoio da UNESCO e do BID. O Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (Urbis), que demonstra uma tendência de descentralização da gestão do patrimônio e uma convergência aos princípios ideológicos implícitos nas parcerias com a UNESCO. O processo de regulamentação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial foi instituído pelo Decreto-Lei nº 3.551, de agosto de 2000, e constituiu um marco na

---

recuperação da memória cultural, dos saberes e modos de fazer populares. O cinema também foi uma área privilegiada pela gestão Weffor entre 1994 até 2002. O programa Mais Cinema 1999-2000 para o incremento e a articulação da produção, da comercialização e da distribuição das obras visava a aumentar as possibilidades competitivas e comerciais do cinema nacional por meio do financiamento de filmes brasileiros para exportação via Programa de Financiamento às Exportações/Banco do Brasil (Proex/BB) e da inclusão do cinema, a partir de 1998.

No biênio 2001-2002, com a criação da Agência Nacional do Cinema Brasileiro (Ancine), do Conselho Superior de Cinema e a reestruturação do financiamento da produção de cinema, som e vídeo, ocorreu forte reconfiguração do papel da administração pública na área. Optou-se por uma ação interministerial em favor do fomento da produção nacional cinematográfica em moldes industriais. A Ancine ficou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) enquanto o MINC ficou com a Secretaria do Audiovisual (SAV). O MinC nesse momento estava constituído pelas seguintes secretarias: Secretaria Executiva, Secretaria do Livro, Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Secretaria de Música e Artes Cênicas e Secretaria do Audiovisual. Há ainda as instituições vinculadas: Iphan, Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa e Funarte ( Ministério da Cultura, 2007)

A gestão Lula entre 2003 e 2011 propôs uma mudança estrutural não só no organograma do Ministério como também a mudança no conceito de cultura. Sua gestão trouxe para o debate o conceito de Belas Artes e o conceito Antropológico de Cultura na tentativa de tornar o campo de atuação das políticas culturais mais abrangentes. Na visão do governo Lula, ao ministério caberia o papel de fomentar a área cultural, mas não apenas com recursos financeiros. Os objetivos iniciais do governo era realizar uma gestão compartilhada e participativa com a sociedade civil capaz de gerar ações conjuntas planejadas e sistêmicas. Para isso uma reforma foi realizada no MinC para dotá-lo de um perfil de órgão de planejamento e de formulação de políticas culturais. As suas secretarias finalísticas (Música e Artes Cênicas, Livro e Leitura, Patrimônio, Audiovisual, Museus e Artes Plásticas) foram transformadas em três: Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas, Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos e Secretaria de Articulação Institucional, todas elas ligadas ao Gabinete do Ministro. MinC passou a contar com quatro representações regionais (SP, RJ, MG e PE); dois órgãos colegiados: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a Comissão Nacional de Incentivo à

---

Cultura (CNIC); além de entidades vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional de Artes (Funarte), e Fundação Biblioteca Nacional (FBN). (Ministério da Cultura 2007)

O Ministério da Cultura no governo Lula foi ocupado por Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010). Tais ministros assumiram posição contrária ao predomínio das leis de incentivo, ainda que projeto de mudança da lei só tenha sido enviado ao Congresso em 2010. Eles defenderam desde o início a necessidade de retomar o papel ativo do estado na formulação e no desenvolvimento de políticas culturais. A construção de políticas de cultura foi realizada com a participação da sociedade por meio de seminários, câmaras temáticas e encontros, como as duas Conferências Nacionais de Cultura de 2005 e 2010 (BOLAÑO,2001)

Entre 2002 e 2010, O governo Lula se empenhou na criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e durante os mandatos dos Ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira, diversas propostas foram criadas e desenvolvidas, entre elas a proposta de reforma da Lei Rouanet através da proposta Projeto de Lei nº 6722/2010 – Procultura, a PEC 150/03, que vincularia os recursos orçamentários anuais ao setor (2% do Orçamento da União; 1,5% para os estados e 1% para os municípios). Uma das maiores iniciativas dessa gestão foi a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que pretendia articular a federação, os estados e os municípios a partir de Plano Nacional de Cultura (PNC), seus planos estaduais e municipais. No dia 30 de maio de 2012, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 416/05 que estabelece o Sistema Nacional de Cultura.

Entre 2003 e 2005 foram realizadas diversas ações de articulação política e participação social. Foi um momento de protagonismo no Ministério da Cultura impulsionado pela popularidade do Ministro Gilberto Gil. Entre as ações, a realização dos “Seminários Cultura para Todos” em todas as regiões brasileiras. A Criação da agenda 21 da Cultura para as Cidades, Instalação dos Trabalhos das Câmaras Setoriais, Realização da 1 º Conferencia Nacional de Cultura, aprovação da Convenção sobre a proteção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, aprovação da emenda Constitucional que insere o Plano Nacional de Cultura no artigo 215 A.

Outro programa de destaque que foi implementado na Gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira foi o Programa Cultura Viva. O programa Cultura Viva foi Criado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural com o objetivo de: Reconhecer iniciativas e

---

entidades culturais; fortalecer processos sociais e econômicos da cultura; Ampliar a produção, fruição e difusão culturais; Promover a autonomia da produção e circulação cultural; entre outros objetivos. Esse programa propõe a democratização da cultura para a: Populações de baixa renda, Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos; entre outros perfis de público ( CULTURA VIVA: 2010)<sup>7</sup>

Os Pontos de Cultura foram os instrumentos do Programa Cultura Viva, tais pontos podem ser estabelecidos através de convênios entre o Estado e o Municípios. Os editais de seleção pública foram as ferramentas utilizadas cujos grupos e coletivos informais, bem como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de natureza cultural, tiveram acessos ao recursos públicos, como exemplo associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas e suas associações de pais e mestres, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS), e puderam buscar os recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos( CULTURA VIVA: 2010)

O fim da gestão Lula no Ministério da Cultura ficou marcado por um processo de reacquecimento da gestão pública de cultura no Brasil. Porém na gestão Dilma, um forte descontentamento tomou conta da classe cultural e uma grande morosidade na condução das políticas e aprovação das mudanças propostas nas gestões anteriores. A Ministra Ana de Holanda, então ministra na gestão de Dilma permaneceu 21 meses na frente da pasta. Ela se envolveu em diversas polêmicas e provocou um descontentamento geral com a classe cultural. Uma das primeiras polêmicas foi a retirada do *Creative Commons*, da página oficial do MinC. Depois desse fato a Ministra passou a ser acusada de defender os interesses de setores contrários ao livre compartilhamento de conteúdo na internet, mas especificamente passou a ser acusadas de defender os interesses do Escritório de Arrecadação dos Direitos Autorais, o ECAD. A postura de Ana de Holanda, logo no primeiro mês de mandato, favoreceu um clima de descontentamento.

Uma iniciativa da gestão Ana de Hollanda foi a criação da Secretaria de Economia Criativa, responsável por elaborar, com o auxílio de representantes do setor, o Plano Brasil Criativo, de estímulo aos produtores. Praticamente a ação de maior destaque de sua gestão, a criação desta Secretaria e a nomeação da Prof Claudia Leitão trouxe para o

---

<sup>7</sup>CULTURA VIVA. <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/> Site da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, Último acesso 22/04/2014

debate o conceito de Economia Criativa. Os interesses sobre a Economia da Cultura e sua capacidade de geração de trabalho e renda já haviam sido apontados em estudo do Ipen e em projetos adotados anteriormente. Mas foi durante a gestão de Ana de Holanda que o Brasil passa a participar das conferências da UNCTAD utilizar seus conceitos e parâmetros para pensar a Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento econômico, e assim se afinar não somente aos princípios da UNESCO como também passa a adotar as orientações desta outra agência multilateral.

O trabalho da Secretária Claudia Leitão foi encerrado em setembro de 2013, um ano após a senadora Marta Suplicy assumir a pasta da Cultura. Conhecendo os desafios que iria enfrentar, a Senadora empenhou-se em buscar a aprovação de outros instrumentos apresentados com ações estruturantes iniciadas na gestão de Gilberto Gil, como por exemplo, o SNC, o Vale Cultura, o Marco Civil da Internet, a PEC da Músicas. Apesar do clima de otimismo e das grandes conquistas com as aprovações, a gestão de Marta Suplicy também não conseguiu a aprovação dos instrumentos fundamentais para uma verdadeira transformação na gestão e no financiamento público da Cultura, como a aprovação do Procultura e da Pec 150, que revogaria a Lei Rouanet e instituiria uma nova proposta de isenção fiscal para incentivo a projetos culturais e o aumento para 2% das verbas públicas para a Cultura para ampliar os recursos do Fundo Nacional de Cultura e o repasse para Estados e Municípios com adesão ao SNC.

Após o Impeachment de Dilma Rousseff em maio de 2016, e após 4 meses em que Marcelo Calero assumiu a pasta da Cultura, ele propõe uma nova reestruturação do Ministério, publicada em Diário Oficial no dia 18 de agosto de 2016. Entre as alterações a que mais chama atenção é a criação da Secretaria de Economia da Cultura, cujos departamentos apresentam elementos específicos e característicos da Economia Criativa, tais como: Departamento de Sustentabilidade e Inovação; Departamento de Estratégia Produtiva; Departamento de Direitos Intelectuais<sup>8</sup>. Isso nos mostra certo hibridismo no entendimento e na diferenciação dos conceitos de Economia da Cultura e Economia Criativa.

### **O entendimento de Economia Criativa e Desenvolvimento Cultural nas políticas culturais dos dois países.**

---

<sup>8</sup> Diário Oficial da União - Seção 1 n° 159, 18 de agosto de 2016 ISSN 1677-7042 pág 3

Para fazer um comparativo entre as políticas culturais e economia criativa dos dois países foram analisados documentos públicos publicados nos respectivos sites dos órgãos responsáveis. No caso do Reino Unido foram analisados documentos extraídos do site do *Department for Digital, Culture, Media & Sport (DCMS)*, bem como do *Art Council*, órgão responsável pelo financiamento à cultura. Essa última é um conselho que está sob as orientações políticas do DCMS, que tem com responsabilidade o desenvolvimento de ações públicas para os setores digitais, culturais, de mídia, e dos esportes, deixando evidente a relação entre eles na composição do que o país entende por economia criativa. Apesar de no caso do Reino Unido haver um Ministério da Inovação, as questões sobre o universo digital está presente nas discussões sobre a mídia, cultura e entretenimento, promovendo assim uma maior integração na compreensão desses setores na consolidação de uma política estratégica para as economias criativas. O setor digital é estratégico para esse país na reconstrução da economia da sociedade do conhecimento, buscando alternativas aos processos de desindustrialização iniciados a partir de 1980. Não por acaso, a políticas para as indústrias criativas, aparecem no final da década de 1990 como um dos principais pilares para o reposicionamento do Reino Unido no novo cenário internacional.

No caso brasileiro, foram analisados os documentos publicados pelos Ministério da Cultura, mais especificamente o Plano de Economia Criativa, lançado juntamente a criação da Secretaria de Economia Criativa em 2011. Apesar desta Secretaria ter sido fechada na gestão da ministra Marta Suplicy, o termo deixou de ser usado nas políticas públicas nacionais. No entanto, ainda aparecem em ações isoladas de algumas instituições públicas federais tais como SEBRAE, BNDES, APEX, bem como em algumas secretarias de estado, como no caso do Estado de São Paulo.

A inovação, comunicação e mídia, apesar de alguns elementos serem contemplados pela Secretaria do Áudios Visual, com alguns editais de estímulo a criação de programas para a internet, esses setores não fazem parte do escopo das políticas do Ministério da Cultura na atualidade, sendo foco do Ministério Ciência, Inovação, Tecnologia e Comunicação que se constituiu desta maneira a partir da gestão Michel Temer e após a unificação de alguns ministérios. O setor de mídia e comunicação, sempre estiveram distantes das políticas culturais, sendo observados a partir de sua estrutura física tais como as redes de telecomunicações. A questão da mídia, no Brasil, é bastante delicada tendo em vista as poucas concessões à empresários, o que muitas vezes pode gerar monopólio e

---

centralização da informação e conteúdo. Da mesma maneira, o setor de inovação no Brasil apresenta um caráter ligado as grandes indústrias como: aeroespacial, biotecnologia, petróleo, se distanciando das políticas culturais e do escopo das economias criativas. Desta forma essa análise encontra-se preliminar, uma vez que para contemplar as políticas de comunicação e inovação no Brasil, para um comparativo mais rigoroso com as políticas culturais do Reino Unido, dever-se-ia realizar uma análise aos documentos públicos deste ministério, o que não foi possível para esse artigo, uma vez que também se pretendia discutir as políticas culturais. Desta forma, entendemos aqui que o Brasil, tem uma política cultural distante das políticas inglesas no sentido da compreensão estratégica das indústrias criativas, no entanto apresenta diversas semelhanças no que venha ser a concepção da importância da cultura para o desenvolvimento local e das influências dos discursos da UNESCO e da UNCTAD como um todo.

Critérios	Reino Unido	Brasil
O Entendimento da Economia Criativa	A EC é um setor estratégico para o país e em seus documentos é tratado como setor do futuro correspondendo com aproximadamente 14% do PIB nacional. Para o Departamento de Cultura, Mídia e Esportes a inovação digital e a habilidade criativa é o coração da nova economia e o eixo das políticas deste ministério. Após 20 ano da criação da primeira iniciativa, a Economia Criativa segue como eixo central da estratégia de desenvolvimento e no plano entre 2018 e 2022 os objetivos são: Crescimento Global, Conectividade Digital e participação social. Nota-se a ideia de participação social como dimensão econômica e não política, como demonstra os estudos das políticas culturais europeias.	A Economia Criativa no Brasil tornou-se parte do escopo das políticas culturais em 2011, quando foi aberta a Secretaria de Economia Criativa. Nesse momento, a então secretária tinha fortes relações com a UNCTAD, uma vez que uma das responsáveis pelas políticas desta agência na América Latina é do Ceará, assim como a ex Secretária do Ministério da Cultura. Após o fechamento da Secretaria em 2013, o termo passou a ser evitado pelo governo federal, substituindo por Economia da Cultura, onde se consideram as indústrias culturais como escopo e seus efeitos econômicos, sociais e simbólicos.
Setorização e Distribuição dos Fundos	O conceito de Economia Criativa foi criado na Inglaterra para incorporar alguns setores, principalmente os setores de tecnologia, até hoje existe um debate no DCMS sobre a inserção do Game e da Publicidade como parte das indústrias criativas. Porém esses, fazem parte do escopo das políticas do ministério. O setor digital é um dos setores mais importantes para a economia do Reino Unido desde o início do século XXI, juntamente com os setores das indústrias culturais, entretenimento (aqui considera-se o esporte e o lazer) e turismo. Os fundos para o setor cultural são distribuídos através do Arts Council entre outras instituições como British Film, English Heritage. Existe uma diversificação de financiamentos através das Fundações e para o setor digital um conjunto de investimentos privados, bem como para as grandes coleções de arte.	A setorização da Economia Criativa segundo o plano é fundamentada nos critérios da UNESCO, isto comprova a grande influência dessa agência nas políticas brasileiras, sendo dividida em quatro grandes eixos: Artes criações funcionais, mídia, patrimônio. Apensar da existência do Plano, enquanto ele estava em vigor, a distribuição dos fundos continuava obedecer a Lei do Pronac (lei Rouanet) que determina a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (constituído por parte do recurso da Loteria Federal e Recursos Públicos) através dos editais lançados pelas secretarias e vinculadas, e através dos projetos incentivados cuja a setorização obedece o padrão clássico das artes e do patrimônio.
Valor da Arte da Cultura e da Diversidade	Arts Council England é uma organização voltada para o desenvolvimento das artes, museus e bibliotecas. Em seu documento apresentam um escopo amplo de interesse que vai das artes clássicas até o entretenimento. Trazem em sua narrativa argumentos de que as artes proporcionam o enriquecimento cultural; a inspiração da educação; a contribuição vital para a saúde e bem-estar; regeneração regional, turismo e softpower.. Destaca o papel da arte na regeneração local, na atração de turistas, no desenvolvimento de talentos e inovação, na melhoria da saúde e bem-estar e na prestação de serviços essenciais. Seu objetivo é promover o impacto através das artes e da cultura mapeando e reforçando as conexões entre as artes, cultura através do financiamento público do fortalecimento da economia criativa.	A relação entre diversidade Cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social são temas presentes no Plano de Economia Criativa. Como diversidade, destaca-se a criatividade do povo brasileiro, também demonstrando uma grande influência dos parâmetros da UNESCO. A sustentabilidade é outro tema importante considerando a Economia Criativa como um elemento de fomento a produção e consumo de baixa escala de local, indo na contramão do consumo massificado. A inovação está presente nos textos do plano como uma força motriz da nova economia, seguindo os padrões do discurso da UNESCO e dos parâmetros internacionais. A inclusão social é outra diretriz que aparece com força no documento, questões como a baixa escolaridade dos brasileiros, a questão do analfabetismo são temas centrais nas demandas por inclusão social, o que atribui a economia criativa o papel de ajudar a supera-las.
Integração das políticas culturais com outras políticas públicas	A integração com outros setores das políticas públicas é essencial para alcançar os objetivos estratégicos do	A Secretaria Claudio Leitão, apesar de, durante a sua gestão ter criado um conjunto de iniciativas para tentar promover a integração entre as políticas de economia criativa e outras políticas públicas,

	ministério. Verifica-se uma integração com o Ministério da Inovação, da Educação, da Saúde, entre outros.	seu trabalho não surtiu resultados e foi interrompido um ano depois. Fechada a secretaria de Economia Criativa o termo deixou de ser usado pelos Ministério da Cultura.
O trabalho e as políticas culturais	A força da mão de obra cultural e criativa é uma das mais importantes do Reino Unido. As políticas públicas priorizam o fortalecimento, a capacitação e o engajamento do mercado nos ambientes internacionais e nacionais, sobretudo os trabalhadores do setor digital para se colocar como líder da economia digital. O ministério desenvolve um conjunto de ações para promover o trabalho no setor das indústrias criativas e inovação tendo em vista que a economia digital é um elemento estratégico deste ministério.	Dentro das proposições do Plano previa-se uma relação com o SEBRAE e uma maior compreensão da ideia do empreendedorismo, no entanto, a relação entre trabalho, cultura e arte, não encontrou espaços para discussões, apesar de reconhecida a importância econômica do setor. Nos discursos do plano, pretendia-se fazer um conjunto de conexões com entidades do governo e vinculadas do ministério para treinamento e capacidade de mão de obra, no entanto o tema do trabalho não recebeu destaque nos textos publicados

### Considerações Finais

A tecnologia da informação, a comunicação digital, o empreendedorismo, a inovação são elementos importantes nas políticas culturais internacionais. Porém, ao estudar os contextos europeus e latino-americanos, representados pelos Reino Unido e Brasil, foi possível reconhecer que, apesar da grande influência das narrativas das agências multilaterais como a UNESCO e a UNCTAD, o contexto latino-americano ainda encontra limites acerca das ações para a implementação de políticas públicas para as indústrias criativas, uma vez que seus mecanismos de distribuição de recursos, seus marcos regulatórios e suas tradições de funcionamento da máquina pública acabam por manter distantes as teóricas das práticas e ações públicas.

No caso comparativo entre o Reino Unido e o Brasil, podemos perceber que as narrativas dos documentos públicos trazem uma preocupação e um interesse em implementar ações de desenvolvimento das cadeias produtivas, bem como fomentar o trabalho e empreendedorismo. No entanto, problemas relacionados com o baixo investimento em desenvolvimento tecnológico, que passam os países da América Latina, os matam em posições inferiores no que tange a suas participações nos setores digitais e de inovação. Outro fator que determina a pouca participação em ações estratégicas são as diferentes instabilidades políticas que passam tais países, sobretudo, o Brasil nos últimos anos. Embora tivemos um período de estabilidade e desenvolvimento das políticas culturais, mesmo internamente ao partido no poder, houve disputas e jogos de interesse, fazendo com que investimentos em planos e ações fossem perdidas por desacordos ideológicos,

---

como no caso da Secretaria de Economia Criativa. Em uma situação ainda mais grave, falta de credibilidade do governo após o impeachment da presidente Dilma, os grandes cortes no orçamento da pasta, provocou uma desestruturação e um desmonte nas políticas culturais estabelecidas nos últimos dez anos e uma grave crise no setor. Por outro lado, a Europa, vem trabalhando a importância de contemplar as ações dos agentes de cultura e a sua participação nas ações para a criação efetiva de impactos no que se refere a produção de inovação, educação, saúde, sustentabilidade e bem estar. Um novo olhar se torna urgente para transformar o desenvolvimento cultural em uma realidade mundial. Entender as diferenças e semelhanças entre os discursos e práticas de diferentes países, pode ser um instrumento interessante para compreender as políticas culturais contemporâneas e sua relação com a inovação, tecnologia, mídia e sociedade.

### **Bibliografia**

- ARRUDA, M. **A política cultural: regulação estatal e mecenato privado**. Tempo Social – USP, 2003.
- BOLAÑO, C. **Notas sobre a Reforma das Telecomunicações na Europa e nos EUA até 1992**. Aracajú: EPIC, 2000
- BOTELHO, I. **Dimensões Da Cultura E Políticas Públicas**. São Paulo Em Perspectiva, 15(2), 73–83, 2001
- CONNOR, J. **The Cultural and Creative Industries: A critical History** Ekonomiaz N.º 78, 3.º trimestre, 2011
- DCMS - Department for Digital, Culture, Media & Sport - **Single departmental plan: 2015 to 2020**. <https://www.gov.uk/government/publications/dcms-single-departmental-plan-2015-to-2020/single-departmental-plan-2015-to-2020>, último acesso 19/06/2018
- GARCIA, B. **Experience, Prospects for the Future Cultural Policy and Urban Regeneration in Western European Cities**. Lessons Local Economy, n.º 19, 312pp, 2004
- GIRARD, A. **Cultural development: experiences and policies**. UNESCO: Paris, 1983
- HESMONDHALGH, D. **Cultural and Creative Industries**. The Sage Handbook of Cultural Analysis, 2007
- MIGUEZ, Paulo. **Repertório de Fontes sobre Economia Criativa**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2007.
- RUBIM, A. **Políticas culturais e novos desafios**. Matrizes, 2(2), 93–105, 2010